

Governo em dívida com a infância

PALOMA OLIVETO

DA EQUIPE DO CORREIO

Há três anos, o então candidato à Presidência da República pelo PT Luiz Inácio Lula da Silva firmou um compromisso com a organização não-governamental Fundação Abrinq: caso fosse eleito, não permitiria cortes no orçamento da criança e do adolescente. O acordo não foi cumprido, conforme revelou reportagem do **Correio** publicada ontem. No projeto de lei orçamentária de 2006, enviado pelo Executivo ao Congresso, os cinco programas voltados à infância no âmbito da Subsecretaria de Direitos Humanos (SDH) encolheram 70%. Parlamentares e movimentos sociais estão decepcionados. “Antes de mais nada, ficamos perplexos com essa situação”, assume o diretor-presidente da Abrinq, Rubens Neves.

As coordenadoras da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, deputada Maria do Rosário (PT-RS) e senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), já providenciaram uma audiência com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que deve acontecer na próxima semana. Vão pedir que Rebelo interfira no processo de recomposição do orçamento. “Se não conseguirmos reverter os

cortes, áreas que atendem a crianças em situação de risco ficarão muito comprometidas”, acredita Maria do Rosário.

Levantamento realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e pelo Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (Conanda) apontou que há 10 anos os recursos voltados à infância e à adolescência estão em queda. Até 10 de outubro, os programas da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) tiveram R\$ 11,2 milhões contingenciados. Para o ano que vem, o valor previsto para a execução dos programas é menor do que o dinheiro economizado: R\$ 8 milhões.

“Lamentavelmente, os dados indicam que não há prioridade política à criança. O que se prioriza é a meta do superávit primário”, diz o coordenador de programas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Manuel Buvinich. Ele lembra que, até agora, o Orçamento total da União teve 40% de execução. Apenas 2,3% referem-se a programas de crianças e adolescentes. Buvinich também critica o fato de, até setembro, 80% de todas as ações relacionadas à infância não terem recebido nenhum centavo do governo.

O diretor-presidente da Fundação Abrinq reclama que,

José Varella/CB/24.3.05



A SENADORA PATRÍCIA SABOYA (E) E A DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO VÃO BRIGAR PARA RECOMPOR O ORÇAMENTO

além de contingenciar o orçamento, o governo fechou a porta de diálogo com a sociedade civil. Há três semestres, o presidente Lula não entrega o relatório de execução dos programas da criança e do adolescente à ONG, uma das ações previstas no plano Presidente Amigo da Infância. “Tentamos marcar audiências reiteradamente, mas não conseguimos nenhum re-

torno. O governo está se silenciando”, diz.

Tesoura afiada

Para o advogado Ariel de Castro, conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos e membro da Comissão da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil, o corte mais grave refere-se ao Atendimento Socioeducativo do Ado-

lescente em Conflito com a Lei. O programa, gerido apenas pela SDH, sofreu uma tesourada afiada: os R\$ 10 milhões previstos para este ano foram transformados em R\$ 3,6 milhões no projeto de lei orçamentária de 2006. “É uma situação gravíssima, principalmente em um momento em que o tratamento voltado a esses adolescentes são denunciados internacionalmente”, diz, referindo-se

a denúncias de violação de direitos humanos feitas à Organização dos Estados Americanos e à Human Right Watches. “Vivemos em uma situação de colapso do sistema de atendimento socioeducativo e o governo trata a questão com total desdém”, acredita.

Segundo Castro, este ano, foram mais de 30 rebeliões e mil fugas nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas em todo o Brasil. Ele critica o fato de estados e municípios serem obrigados a obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal e não terem o mesmo compromisso com a responsabilidade social. Para o advogado, o que está havendo é um descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que poderia incentivar uma ação civil pública contra o governo federal.

As verbas destinadas ao programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, programa que recebeu R\$ 3 milhões este ano, dos quais apenas 5,65% foram empenhados, receberam críticas do presidente do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) da Bahia, Valdemar Oliveira. “O presidente Lula falou que a campanha de combate não teria trégua, mas o que vemos são algumas ações esporádicas. O resto são palavras e discursos vazios”, denuncia.